



**A EMANCIPAÇÃO FEMININA NAS PUBLICAÇÕES DE BEATRIZ PINHEIRO NA
REVISTA PORTUGUESA AVE AZUL**
***FEMALE EMANCIPATION IN BEATRIZ PINHEIRO'S PUBLICATIONS IN THE
PORTUGUESE MAGAZINE AVE AZUL***

[10.29073/naus.v3i1.804](https://doi.org/10.29073/naus.v3i1.804)

RECEÇÃO: 24 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 4 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 31 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Luciete Pompeu , Campus Tocantins/CUNTINS/Cametá/UFPA, Brasil, lucyycardoso@gmail.com.

AUTOR/A 2: Maria Tavares , Campus Tocantins/CUNTINS/Cametá/UFPA, Brasil, lucilenacosta@gmail.com.

RESUMO

Este artigo versa sobre o tema de emancipação feminina em textos publicados pela escritora portuguesa Beatriz Pinheiro no periódico *Ave Azul* (1899–1900) e tem como objetivo geral analisar a contribuição dessa autora na imprensa oitocentista de Portugal, no que diz respeito à sua pauta reivindicatória a partir das principais temáticas abordadas como: trabalho, educação, religião e família. Nosso intento visa discutir sobre a emancipação da mulher nas publicações de Beatriz Pinheiro atreladas à sua própria condição no final do oitocentos. Quanto à metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental; em seguida, foi empregada a análise dos textos selecionados na revista. Como resultado, constatamos a relevância do discurso atemporal dessa escritora, pois para além da repercussão das inquietações femininas e de sua atuação na luta por emancipação, podemos verificar as similaridades de pautas que continuam até nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE: Beatriz Pinheiro; Emancipação Feminina; Imprensa.

ABSTRACT

This paper deals with the theme of women's emancipation in texts published by the Portuguese writer Beatriz Pinheiro in the periodical *Ave Azul* (1899–1900) and its general objective is to analyze the contribution of this author in the nineteenth-century Portuguese press, regarding her claim agenda from the main themes addressed, such as: work, education, religion and family. Our intention is to discuss the emancipation of women in Beatriz Pinheiro's publications linked to their own condition at the end of the 1800s. As for the methodology, we used bibliographic and documental research; then, we employed the analysis of the selected texts in the magazine. As a result, we verified the relevance of the timeless discourse of this writer, because beyond the repercussion of women's concerns and her performance in the struggle for emancipation, we can verify the similarities of agendas that continue until our days.

KEYWORDS: Beatriz Pinheiro; Feminine Emancipation; Press.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ora a emancipação da mulher, que trará como consequência a paz universal, é hoje um d'esses ideais lançados ao pleno campo da luta e também um dos que sem dúvida mais irão contribuir para o avanço da humanidade no radioso caminho d'esse supremo e definitivo Ideal.¹ (Beatriz Pinheiro²)

Compreendemos a emancipação feminina como forma de exercer a verdadeira autonomia. Nesse sentido, a partir de pesquisas sobre as mulheres, tecemos discussões a respeito de sua condição nos tempos passados, por meio das vozes daquelas que foram silenciadas. Dá-las a liberdade de serem lidas e (re)conhecidas, ao mesmo tempo que se estabelece a atual luta tão necessária para enfrentarmos os desafios da sociedade contemporânea.

Em outras palavras, concluímos que os escritos de Beatriz Pinheiro são fontes de reconhecimento que conferem resistência aos leitores atuais, como, talvez, tenham sido à época. Tais publicações permitem-nos estabelecer correspondência com as mulheres que através das penas e textos registram as vivências, lutas e desejos. Nesse sentido, a investigação na imprensa feminina portuguesa possibilitou-nos a descoberta de uma escritora muito especial, no que diz respeito às reivindicações da mulher oitocentista. Trata-se de Beatriz Pinheiro, nascida na cidade de Viseu em 29 de outubro de 1871 e falecida em Lisboa a 14 de outubro de 1922. Beatriz Pinheiro foi professora, editora, artista e teve seus textos publicados na revista de arte e crítica *Ave Azul* (1899/1900), objeto de nossa investigação.

Nessa perspectiva, questionamos “Quais aspectos da emancipação feminina são observados nas publicações de Beatriz Pinheiro?”, visto que a autora apresenta uma escrita voltada para a mulher com diferentes discussões. Também, indagamos se 'Beatriz Pinheiro é uma precursora da emancipação feminina na Imprensa Portuguesa? e 'Que relações apresentam os escritos de Beatriz Pinheiro e o movimento feminista contemporâneo?'. Dessa maneira, buscamos reconhecer sua contribuição para entender a mulher de tantas outras gerações e reivindicações nossas, em uma postura mais ativa das causas feministas

Deste modo, temos por objetivo geral analisar a emancipação feminina por meio das publicações de Beatriz Pinheiro na Revista Portuguesa de Arte e Crítica *Ave Azul*, visto que nosso olhar se volta para a mulher no final do século XIX, momento em que se vivencia a pauta por igualdade de gênero e divisão de papéis, temas recorrentes no que diz respeito aos direitos da mulher.

Por fim, o estudo conta com o método de pesquisa bibliográfico e documental, entendidos como essenciais para a reflexão sobre a imprensa feminina e o contexto desta escrita, isto é, um maior aprofundamento para resultados satisfatórios no reconhecimento da emancipação da mulher, presente nos periódicos analisados.

EMANCIPAÇÃO FEMININA E IMPRENSA NO SÉCULO XIX: PÁGINAS DE UM TORNAR-SE VERBO

O que pode a mulher? A pergunta, atualmente, recebe como resposta 'o que ela quiser!' Mas de onde vem essa resposta? Quais caminhos percorremos até aqui? Essas indagações nos levam a conhecer a história das mulheres que nos antecederam, tendo em vista que o acesso à emancipação feminina, à educação, ao trabalho e ao espaço público já foi apenas um anseio. De fato, tudo que uma mulher pode atualmente perpassar uma história de lutas, desafios e existências negadas. A imprensa é, nesse contexto, um veículo que viabiliza o pensamento e a escrita feminina, pois quando se juntam, derrubam forças antagônicas. Estas operam como ondas que atravessam barreiras. Em seguida, não se pode recuar. Não cabe o silêncio. As publicações atravessam tempo, lugares e pensamentos.

¹ Mantivemos a ortografia da época como forma de preservarmos a fonte primária.

² *Ave Azul*, n.º 1–2, fev. 1900, p. 6.



Quando estudamos a presença da mulher na imprensa do século XIX, compreendemos as circunstâncias que se passaram até a conquista da liberdade e/ou do resgate de suas vozes. Michelle Perrot (2005, p. 9) acrescenta que “Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhe eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro”. Assim, a partir dos idos oitocentos, encontramos na imprensa questionamentos sobre a condição e direitos da mulher naquela sociedade.

As publicações de Beatriz Pinheiro reivindicam e questionam a presença feminina em espaços antes negados, possibilitando que o “feminino torne-se verbo”³, conforme apontado por Débora Diniz ao destacar que verbos como “ouvir, aproximar, acalantar, lembrar, reparar, recriar, celebrar, compartilhar, perguntar, falar e desobedecer” são necessários para discutir o feminismo. Segundo a autora, “Nessas e em outras dificuldades, é preciso reafirmar que abrir um verbo ou um substantivo não é apenas verificar-lhe a etimologia, a semântica geral, as concordâncias, mas examinar sua performatividade variada nas relações humanas” (Diniz, 2022, p. 65).

Dessa forma, por que o verbo? Esta indagação coaduna a crença de Beatriz Pinheiro no pensamento transformador pela emancipação da mulher, alinhando-se às considerações de Perrot (2005, p. 9), que destaca que, “no início era o verbo, mas o verbo era Deus, e homem”. Nesse sentido, ao parafrasear a Bíblia, acrescentando o termo “e homem”, a autora demonstra como a posição da mulher desde o princípio era de invisibilidade.

Diante disso, a existência da mulher foi marcada por um acontecimento: não contamos nossa própria história, o que mantém muitas mulheres na obscuridade, com o silêncio imposto ao feminino. No entanto, elas eram realmente silenciosas? Quando não é permitido falar, o silêncio torna-se um meio de expressão. Nesse sentido, tomo a pergunta de Perrot (1998, p. 59) “Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens?” Aqui, modestamente, parafraseando a Perrot (2005), reescrevo pensando na emancipação da mulher: no início era verbo, e o verbo tornou-se um grito das mulheres caladas. A respeito do verbo “calar”, Diniz (2022, p. 214) destaca: “E, para tentar responder a essa pergunta, chamo o verbo calar. É porque fomos caladas de muitas maneiras que agora falamos publicamente, que gritamos nossas dores e buscamos outra ordem social capaz de sanar nossas feridas”. Isso ocorre durante anos de submissão naturalizada a que fomos submetidas.

Quanto à imprensa, as publicações femininas na visão de Betty Friedan (2021, p. 38), refletiram o que era esperado das mulheres, perpetuando estereótipos da década de 1960. Essas revistas não acompanharam os avanços dos direitos emancipatórios das mulheres, mantendo uma perspectiva tradicional. À vista disso, a pesquisa possibilitou-nos encontrar publicações de uma forma mais sugestiva, com a intenção de mostrar as mulheres “verdadeiras”, cotidianamente subjugadas ao cuidado do lar, dos pais, do marido e dos filhos. Afinal, para quê mudar se a vida estava completa e segura? As palavras carregavam uma tentativa de frear o pensamento emancipatório de escritoras que ganhavam força e destaque nas revistas, sobretudo, com jovens leitoras que poderiam motivar-se e fazer “feminismo”.

A segunda perspectiva apresenta os escritos que, por meio de publicações, romperam/rompem os silêncios nas mentes e na negação das vozes femininas. Para Perrot (1998 p. 10), vozes que ecoaram, “primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa”. Sendo assim, as publicações conduziram o ecoar das questões da realidade da mulher e seus anseios de liberdade, tornando-se um importante instrumento para refletir a condição de subalternidade a que foram submetidas.

Posteriormente, por meio das vozes de escritoras, redatoras e poetisas, abrem-se caminhos, rompem-se estereótipos, sobretudo do que deveriam falar e como se portar. A ruptura de estereótipos provocava críticas

³ A frase materializa a inserção e participação da mulher nos espaços da sociedade antes negados como a educação, o trabalho, e em novos papéis, superando a subalternidade imposta pelo patriarcado.



dirigidas às publicações, já que, nesses casos, eram consideradas escandalosas para a época pela opinião pública, majoritariamente masculina, que se encarregava de expressar suas críticas e descontentamentos em relação às referidas publicações. Sobre isso, vemos o viés de uma separação entre o público e privado, sendo atribuído à mulher o espaço familiar (privado), demarcando suas funções ao longo dos tempos. Contudo, o espaço privado não impedia os escritos femininos de atravessarem os quartos. Segundo Perrot (1998, p. 10):

Uma mulher na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das quais provocaram mais forte resistência.

É importante salientar que o caminho para o reconhecimento destes escritos seria mais difícil por serem tidos como “inferiores” devido ao estigma de valor que surge do espaço domiciliar e, principalmente, por serem escritos femininos. Com isso, o espaço público e político, frequentado majoritariamente por homens, não compreendia a necessidade de participação feminina, pela possibilidade de abordar temas como educação, trabalho e família, o que resultava, muitas vezes, na interrupção da escrita dessas mulheres. Neste sentido, esta pesquisa compreende a relevância da imprensa oitocentista como forma de resgatar os escritos feministas, como um caminho para o reconhecimento de suas participações nas reivindicações pelos seus direitos. Para Ana Costa Lopes (2005, p. 169):

(...) em Oitocentos, se registou um fenómeno peculiar, em que as mulheres começaram a ter na sociedade uma maior visibilidade a outros níveis, devido a um conjunto de condições especiais como o movimento liberal. Por outro lado, as ideias de disseminação da instrução por «todos» e o empenhamento de muitas mulheres na concretização desta ideologia, bem como o acesso à imprensa periódica e o seu domínio por parte de umas tantas, a leitura ou o contacto com ideias vindas de fora ou através das estrangeiras cá residentes permitiram a renovação.

Notamos que a imprensa oitocentista demonstra uma força emergente, o que possibilita maior visibilidade na defesa de melhores condições para as mulheres. Contudo, não se pode negar os desafios e os resquícios de opressão que estas sofreram por ousarem pautar a figura feminina em um futuro a vir. Na revista *Ave Azul* do ano de 1900, n.º 1–2, fev. p. 5, Beatriz Pinheiro expõe seu entusiasmo pelo futuro:

Aos que por ventura se riam d'este meu desesperado optimismo, d'esta minha entranhada fé no Triumpho último do Bem, aos que por ventura se riam, pedir-lhes-hei eu que encarem bem de face, que meditem bem de dentro no grande movimento humanitario d' este nosso fim de seculo, tão contradictorio, é certo, mas de cujas contradicções ha de forçosamente resultar a synthese, a harmonia que os seculos futuros realizarão.

Desse modo, ressaltamos que o otimismo apresentado pela autora mostra a importância de a imprensa possuir mulheres que se firmaram e foram essenciais para darem voz às suas reivindicações e trazer esperança pelos dias que virão. Ademais, ressaltamos que a aceitação da mulher, como colaboradora na imprensa, ultrapassa já certos preconceitos da época, conforme ratifica Ana Costa Lopes:

O sexo feminino, ao colaborar na imprensa periódica desde o início do século XIX, ao lado dos mais conceituados escritores, ultrapassa como eles certos convencionalismos da época. Enfrentando as dificuldades próprias de quem luta contra preconceitos arraigados acerca da inadequação do género feminino para as tarefas intelectuais, as mulheres do período em causa, sobretudo até à década de 70, não só enviam as suas colaborações para a imprensa periódica dirigida por intelectuais do sexo masculino, mas também, com coragem e determinação, fundam as suas próprias revistas ou assumem funções de directoras noutras. Na imprensa periódica, que é, durante o século, o mais poderoso meio de expressão pública de ideias, elas estão efectivamente presentes, dir-se-ia mesmo em força. (Lopes, 2005, p. 173)



É justamente o que ocorre com a autora pesquisada, Beatriz Pinheiro, que se vale do grande poder que a imprensa possui perante o público para escrever textos de caráter reivindicativo e emancipatório. A autora aproveita também a visibilidade conquistada, como redatora da Revista *Ave Azul*, para direcionar suas ideias a um público específico, o feminino. Nesse sentido, esses periódicos, considerados feministas, orientavam a mulher para rupturas tradicionalmente demarcadas pelos homens, que eram a maioria dos publicistas na época. Amy Farrell, escritora estadunidense, retoma alguns aspectos históricos da imprensa feminista:

No século XIX, as ativistas publicaram uma série de periódicos, como o Woman's Journal e o The Revolution. A maior parte tinha patrocinadores e circulação relativamente pequena. Alguns, como o Revolution, de Susan B. Anthony, falavam sem meios termos a respeito dos direitos das mulheres. Radical em sua abordagem, o Revolution não era particularmente popular entre o público em geral, ou entre a maioria das mulheres. Autoridades públicas, em particular o Encarregado Geral dos Correios, argumentavam que o jornal desafiava os padrões de respeitabilidade em suas tentativas, às vezes bem-sucedidas, de censurar essas publicações. No final do século XIX e início do XX, foram publicados numerosos jornais sufragistas, tanto de circulação nacional quanto local... (Farrell, 2004, p. 44)

Em suma, podemos notar como a imprensa é fonte de diálogo, instrução e poder. A imprensa feminina, por meio das escritoras, encontrou uma forma de validar e situar o que estava em jogo para estas mulheres, redatoras, colaboradoras, mães e leitoras, que davam maior visibilidade às páginas dos periódicos.

Em Portugal, como no Brasil, a imprensa no século dezenove lançou revistas que colocaram em evidência a emancipação feminina, para libertar-se de um estado de inferioridade em relação ao homem por meio da conquista de direitos iguais entre os sexos. É importante considerar que o pioneirismo dessas mulheres serviu de inspiração para o desenvolvimento de uma imprensa, que surgia em favor delas. Diante disso, em nossas investigações sobre a imprensa feminista encontramos similaridades entre esses dois países. Para Constância de Lima Duarte (2014, p. 33)

A constatação de que a literatura de autoria feminina, a consciência feminista e a imprensa das mulheres surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, ainda no século XIX, é válida também para Portugal. E tal fato nos permite ter uma percepção nova de todo o processo. Ou seja: quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente elas se apoderaram da leitura, que, por sua vez, as levou à escrita e à crítica.

Com isso, concluímos que, apesar da distância geográfica, dos contextos da época e das particularidades de cada país, há uma forte relação entre ambos. São mulheres em um mesmo caminho pela reivindicação de melhores condições na sociedade e ligadas pela esperança de um futuro a ser consolidado pela emancipação. Segundo Duarte (2014, p. 34), a produção feminina “tornou-se, ainda, testemunha de sua resistência às tentativas de apagamento e de discriminação, ao propagar as vozes que rompiam a inércia dominante, constituindo-se em autêntico espaço pedagógico e de conscientização para a sociedade como um todo”.

A imprensa, nesse contexto, proporcionou às mulheres o acesso e a propagação de seus ideais feministas, como percebemos ao investigar a revista portuguesa, pois encontramos temas semelhantes. Sobretudo, quando falamos sobre a emancipação feminina, que possui elementos como educação e trabalho, fortemente apontados.

Nessa perspectiva, as primeiras publicações portuguesas dirigidas à mulher surgem, segundo Duarte (2014, p. 34):

Em Portugal, os primeiros foram O Toucador, em 1822. Destinado à distração das jovens lisboetas, o Periódico das Damas, de 1823, dirigido “às benignas e sábias damas de Portugal”, e o Diálogo de duas velhas, também de 1823, este último limitado a uma espécie de “catecismo das concepções básicas do regime absolutista”, que já nem existia em Portugal.



Posteriormente, no Brasil a autora aponta os periódicos pioneiros:

os primeiros periódicos brasileiros em decorrência da promulgação, em 1827, da lei que autorizava a abertura de escolas para meninas. Assim, neste ano, veio a público O Espelho Diamantino — cujo subtítulo era “Periódico de Política. Literatura. Bellas Artes. Theatro e Modas, dedicado as Senhoras Brasileiras” que circulou no Rio de Janeiro até o ano seguinte. (Duarte, 2014, p. 34)

Desse modo, vimos a proximidade de circulação da imprensa nos dois países, com uma diferença de cinco anos, o que marca uma temporalidade próxima. Contudo, nesse período apesar de considerarmos essas publicações dirigidas para o público feminino, os dois países ainda começavam a ter uma presença delas como destaque, aliás, na prática não evidenciaram as questões dos direitos da mulher. Posteriormente, segundo Duarte (2014, p. 35), no Brasil, “os primeiros periódicos criados por uma mulher surgiram em Porto Alegre, em 1833, pela escritora Maria Josefa Barreto (1775–1837)”, que possibilitou maior divulgação de novas escritoras.

MULHER DO SÉCULO PASSADO? PÁGINAS DE UM DESEJO DE LIBERDADE

Relacionar os séculos passados à contemporaneidade no que se refere à emancipação feminina, é reconhecer os avanços dos direitos das mulheres e sua inserção nos espaços. Neste sentido, a história de luta, em especial da imprensa como registro, nos mostra as condições a qual fomos submetidas.

Nessa perspectiva, o que virá para a mulher se, a todo momento, é necessário reafirmar nossa liberdade? Os caminhos percorridos, embora tenham avanços, não proporcionaram uma completa liberdade, já que estamos sendo constantemente conduzidas ao sistema patriarcal que tanto nos oprime. Nesse sentido, a consagrada escritora brasileira Clarice Lispector, em sua obra intitulada *Perto do coração selvagem* (1998) revela que “Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome” (Lispector, 1998, p. 70). Ou seja, há na mulher uma busca constante pelo espaço historicamente negado no que diz respeito à educação e trabalho, pois, embora tenha alcançado maior liberdade, ainda permanecem limitações impostas ao feminino. Portanto, a anuência da pouca liberdade faz com que se reverberem contextos como “ir para a escola, mas não para ser escritora”, “esteja no trabalho, mas não se destaque”, “escreva livros, mas não sobre a condição da mulher”.

Existe uma conexão constante entre as mulheres do passado e da contemporaneidade, abordando temas como a luta pela melhoria do acesso aos espaços, pela garantia dos direitos e pelo reconhecimento enquanto profissionais. Concluímos que, cientes da subalternização a que permanecem submetidas, as mulheres prosseguem na defesa de uma sociedade mais justa. Nesse contexto, reconhecemos a escrita de Beatriz Pinheiro no final do século XIX, como palavras que podem ser consideradas precursoras, pois embora seja uma mulher do oitocentos, evidencia a educação, o trabalho e o espaço familiar como meios de reprodução das desigualdades que se repetem ao longo dos tempos, já que as garantias de condições igualitárias entre homens e mulheres são temas recorrentes.

Sob esse ponto de vista, identificamos ações e campanhas pela igualdade entre homens e mulheres, presentes na TV, revistas, pesquisas e redes sociais. Embora proporcionem maior visibilidade a elas, é necessário questionar se sua intenção é de fato verdadeira, uma vez que muitas dessas presenças são uma forma de disfarçar um falso apoio que, na prática, não se oficializa. Beatriz Pinheiro, no final do século XIX, questionava a representação do feminino como subterfúgio para favorecimento masculino, em detrimento de um falso “amor do homem pela mulher”.

Se a mulher é assim tão altamente considerada e tão devotamente amada pelo homem, como por ahi se diz, como por ahi se escreve, como quizerá crer afinal á parte os exageros rhethoricos de falsos advogados da mulher que nos avelórios da linguagem rançosamente lyrica escondem ou procuram esconder sentimentos só próprios de quem não tem família, de quem não tem uma esposa, de quem não tem filha, (...). (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 207)



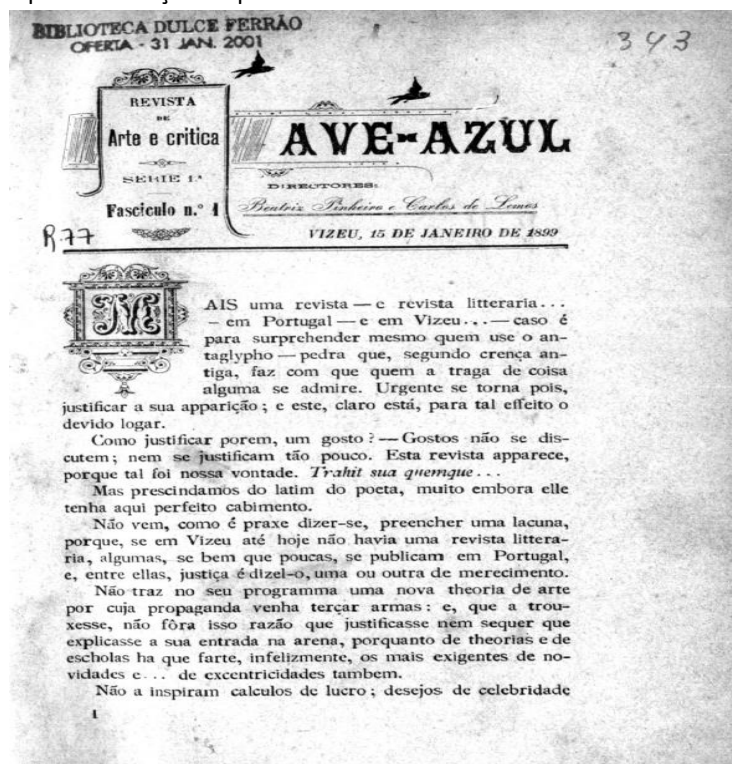
A autora, ao expor os escritores como falsos defensores das mulheres, como sujeitos que usufruem de uma idealização e, na prática, de fato não as defendem verdadeiramente, evidencia as publicações que, na primeira metade do século XIX, eram frequentemente escritas por homens. No entanto, a inserção de algumas mulheres colaboradoras nos jornais e revistas rompe a preponderância masculina, mesmo nas que assinavam sob pseudônimos.

A reflexão de Beatriz Pinheiro, “próprios de quem não tem família, de quem não tem uma esposa, de quem não tem filha”, remete-nos à frase utilizada atualmente para criticar as ações machistas e sexistas justificadas quando se tem mulheres próximas. Assim, ao dizer “Eu não sou machista porque eu tenho mãe, esposa ou filha”, abstém-se das culpas de suas ações. Desse modo, vemos como a fala de Beatriz Pinheiro é precursora já no século XIX, e agora no ano de 2022, passados mais de um século, ainda estamos observando toda a reprodução de sua fala ecoando entre nós.

BEATRIZ PINHEIRO NAS CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA AVE AZUL (1899–1900)

Após uma primeira leitura nas páginas da revista *Ave Azul* (1899–1900) encontramos textos críticos que abordam a perspectiva da emancipação feminina e, consequentemente, a condição da Mulher no final do século XIX. Neste sentido, alguns pontos chamaram atenção a respeito da mulher e o mundo do trabalho, educação e o futuro.

FIGURA 1: Página um, da primeira edição do periódico *Ave Azul*.



FONTE: Hemeroteca Digital de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AveAzul/AveAzul.htm>.

Sobre a revista dirigida por seus redatores, Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, também marido de Beatriz, observamos que juntos publicaram fascículos, críticas, poemas e textos sobre a “emancipação feminina”. Depreendemos que a revista ganhou grande destaque por meio de suas publicações. Isso é evidenciado pela crítica que a revista recebeu, o que comprova a divulgação dos textos entre seus leitores. Conforme constatamos em uma das respostas feitas por Carlos de Lemos:



Ora, a avaliar pelas coisas que S. Ver.^a entornou sobre as columnas da Tribuna, não parece que tenha lido; isto porque S. Ver.^a, se tivesse lido, teria compreendido e não viria, muito embora o feminismo lhe não fosse sympathico, falar d'ele tão frivolamente e, o que é peor, desvirtuando-o, falseando-o, calumniando-o. O feminismo é uma questão de pão, disse Jeanne Leroy: e, conseqüentemente, uma questão de dignidade, acrescenta o sensato e talentosíssimo articulista da Vanguarda, a cujo estudo já me referi.” (Ave Azul, n.º 10, out, 1899, p. 470)

Observamos como a revista *Ave Azul* fortalece o movimento de propagação do feminismo, bem como as demais que abordam o tema. Percebe-se, ainda, a crítica que considerava o feminismo sem importância, pois compactuam para propagar julgamentos falsos. Visto que o redator coloca o movimento como necessidade de dignidade em virtude das subordinações femininas, enquanto tinham fome, filhos para criar e nenhuma instrução como garantia. A resposta ao Reverendo Senna Freitas⁴ permite-nos notar a indignação que a revista fornece sobre a questão da mulher daquela época. A efervescência sobre o assunto da emancipação feminina é dividida nos periódicos da revista *Ave Azul*, em seus anos de vigência (1899 e 1900), entre os redatores Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, que compartilham suas publicações pelo desejo de libertação das mulheres. Como notamos abaixo:

Não será difícil reconhecer agora, segundo a opinião do nobre poeta do Justice e do Bonheur o que venha a ser a mulher do século vinte, que irá gradualmente perdendo da sua beleza e do seu encanto e sempre aproximando-se mais do tipo masculino, já por este desvio das suas naturais aptidões, e já embora por aquela degenerescência no homem, evidente e parece que irremediável. (Ave Azul, n.º 8 e 9.º, Ag./set. 1899, p. 322)

Deste modo, compreendemos que, no final do século XIX, a autora já apontava questões de desigualdade de gênero atreladas ao porvir do século seguinte, em que a mulher estava exercendo atividades consideradas masculinas. Em decorrência disso, eram mencionadas como mulheres masculinizadas, pois desviavam das aptidões “naturais” ligadas aos cuidados domésticos e à pouca escolarização. Nesse sentido, Carlos de Lemos, na publicação n.º 10, de 15 out. 1899, p. 475, ressalta que “a mulher para se emancipar da tutela humilhante, desmoralizadora e antissocial do homem, não precisa de *masculinizar-se*, como entende S. Rev.^a: basta-lhe ter a consciência da sua própria dignidade e proceder de acordo com a voz d'essa sua consciência: nada mais”. Embora ambos os redatores publicassem textos sobre a emancipação, as reações eram mais efervescentes contra a autora. Percebemos, com isso, que suas palavras representavam um movimento que cresceu e ganhou novas vozes: o movimento feminista. Desse modo, Beatriz Pinheiro respaldou as críticas dirigidas à revista, argumentando o descaso sobre as condições da mulher, pela vida das mães e filhas, que não tinham a segurança de dote e possibilidade de educação. Conforme a autora:

Não fiz feminismo essa coisa terrível que atemorisa ainda muita gente por lhe não conhecer, ou por não querer conhecer, bem todo seu alcance [...]; fiz humanitarismo simplesmente [...]. É nisto — em libertar, em independentar pelo trabalho os milhões de deserdadas a quem nenhum homem lealmente offereça o seu braço para apoio nas luctas da vida — e se resume afinal todo o feminismo bem entendido e sensatamente esclarecido. Uma questão de pão e uma questão de dignidade: libertá-las da fome e libertá-las da ignomínia. (Ave Azul, n.º 11/11/1899, p. 499)

Deste modo, a autora apresenta uma série de questões, como o desempenho de tarefas devidamente remuneradas, o direito ao trabalho e a emancipação feminina. Além de iniciar um relato potente sobre o feminismo, que vem enlaçado a uma crítica às antifeministas que ligavam a emancipação à masculinização da mulher e a inversão dos tradicionais papéis de gênero. A escrita de Beatriz Pinheiro é uma manifestação de como uma mulher historicamente,

⁴ José Joaquim de Sena Freitas (Ponta Delgada, 27 de julho de 1840 — Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1913) foi um sacerdote, orador sacro e polemista português. Publicou um extenso conjunto de obras, a maior parte sobre questões religiosas e de moral.



luta por maior autonomia e igualdade e, profundamente, se apresenta tão atual ao mesmo tempo que faz parte da história de suas conquistas.

No que se refere ao feminismo da autora, notamos uma prática de luta refletida nos textos que apresentavam sua vivência. Na publicação n.º 12, de 15/12/1900, p. 569–570, Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos publicam um convite aos leitores para participarem da Liga Portuguesa da Paz⁵: “(...)fazem com todo entusiasmo um apelo a todos os seus ilustrados e generosos assignantes para que se dignem associar-se-lhes nessa *guerra contra a guerra* e com as suas adesões auxiliar a *Liga Portuguesa da Paz* na nobre campanha que ellis ha pouco encetou (...)”. Sobre isso, Esteves (1999, p. 187) discorre:

O ambiente de crescente tensão internacional fez acrescentar às reivindicações feministas a demanda pela paz, preocupação que também se fez sentir em Portugal com a fundação, pela feminista Alice Pestana, da liga portuguesa da paz (1899–1917), de carácter marcadamente pacifista e que agregava mulheres e homens, republicanos ou monárquicos, destacando-se Augusta Rocha, Beatriz Pinheiro, Sebastião de Magalhães Lima e Teófilo Braga, entre outros.

Inferimos que a inserção da autora e de Carlos de Lemos na Liga tenha ajudado a ampliar as questões sobre a emancipação feminina, tema recorrente na Liga Portuguesa da Paz, tendo em vista que no ano seguinte 1900, encontram-se três publicações na n.º 4, de abril n.º 6 de junho, com tema emancipação feminina, além da Chronica na revista n.º 1–2, de 25 de fev. do mesmo ano. Nesses textos a temática percorrida aponta exemplos da desigualdade de gênero em Portugal e em outros países no que se refere a trabalho, educação, mulheres cientistas, entre outras.

AS CONTRIBUIÇÕES DE BEATRIZ PINHEIRO SOBRE EDUCAÇÃO

A leitura e análise da obra de Beatriz Pinheiro transportam-nos ao resgate da história da mulher na sociedade. Este movimento de ir ao encontro com nosso passado reflete em nossa própria realidade, pois expõe o registro das desigualdades em que uma mulher do final do século XIX vivenciava. Além disso, através das publicações contínuas na revista *Ave Azul* e a partir de seus textos, a autora fornece, ao longo da leitura, elementos para conhecer um pouco a imprensa feminista oitocentista portuguesa.

Por meio das publicações de Beatriz Pinheiro, nos anos de 1899–1900, observamos a preocupação da autora com as mulheres do século passado. Pensar nos temas trazidos por ela requer atenção pela percepção de atemporalidade. Com o título “A emancipação feminina”, as opiniões e preocupações da redatora refletem muitas das nossas reivindicações e opressões de atualmente. Embora o contexto de avanço tenha sido parcialmente melhorado, a mulher, independente da época, precisa estar vigilante. Como exemplo, tomamos o trecho por ela referenciado ao discurso do “Prof. O Sr. F. Italo Genffré”, como se ainda fosse necessária a ratificação de um homem para autorizar a fala da autora:

Para a mulher poder exercer dignamente o seu mais nobre mister, a sua primeira e mais elevada função social — a educação dos seus filhos — preciso se tornar dignifical’a pelo estudo, emancipal-a pelo trabalho: isto ou coisa idêntica escrevi eu na minha ultima chronica. (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p.197)

Vemos, inicialmente, que se estabelece uma relação com o papel materno que a mulher é instruída a buscar. Percebemos a defesa da educação em dois pontos: primeiro, para melhoria da instrução de seus filhos, e segundo, para além do ócio da mulher como mãe, isto é, a educação da mulher como acesso ao trabalho e novas

⁵ Foi uma organização não governamental fundada em Lisboa a 18 de maio de 1899, por iniciativa da escritora e feminista republicana Alice Pestana, tinha propósitos como defender o respeito universal pela vida humana, a igualdade de gênero e de direitos assim como a justiça social.



possibilidades. Diante disso, estabelece-se um contraponto entre o papel como esposa e o desejo de trabalho, destacando como a mulher não é pensada na vida pública, principalmente no mundo do trabalho.

Beatriz Pinheiro manifesta-se: “pois, a confirmar a minha opinião de que a mulher, tanto como o homem, deve ser preparada para o trabalho e educada no amor do trabalho, tanto como no da virtude (...)”. Nesse sentido, aponta para a forma como as mulheres eram guiadas e defende uma educação mais igual, que não limita as mulheres. Isso significa pensar o feminino para além do casamento, não apenas como a esposa do homem e a mãe do filho (a). Assim sendo, para Maria Elisa Verona (2013, p. 51):

E, aquelas que não almejavam ou conquistavam uma vida familiar padrão, provavelmente se entregariam a uma vida promíscua. A maternidade era apresentada como a finalidade mais importante da vida de toda mulher e os médicos procuravam valorizar a o máximo essa experiência: ‘a mulher deve procurar ser mãe, sem o que sua missão será incompleta’. Outras experiências que pudessem desvirtuar a moça desse ‘destino marcado pela natureza’ deviam ser rigorosamente evitadas, já que a mulher não foi ‘feita para figurar no liceu ou no pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não seria muita para os numerosos cuidados que esta reclama....

Ao reivindicar a instrução das mulheres e rechaçar a inferioridade intelectual dita pelos homens sobre elas, Beatriz provoca o leitor e afirma que há muitos homens intelectualmente inferiores a muitas mulheres. Para a redatora, a educação das mulheres deveria ser igualada à dos homens, pois em nada seus aspectos cognitivos se diferenciavam, ou seja, não existia pretextos para que a educação das mulheres fosse negligenciada. E comprova esta afirmativa apresentando estudos sobre o assunto, finalizando com o discurso: “inferioridade intelectual. Não; inactividade intelectual, sim. Séculos e séculos de ignorância; séculos e séculos de paralisia; ou peor que isso: de ruim cultivo; e queriam então agora a inteligência da mulher tão activa, tão fecunda, tão luminosa como a do homem?” (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 209). A autora expunha que a educação descrita era desenvolvida como distinta para ambos os gêneros, o que intensificava a inferioridade social, bem como um atraso intelectual feminino, tendo em vista que não oportunizava às mulheres desenvolverem qualquer embasamento crítico, principalmente, da condição em que elas estavam sujeitas. Duarte acrescenta que:

Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a “educação da agulha”, saber se comportar e atuar dentro de casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais, o suficiente para formar a mulher que o discurso senhoria prescrevia: educada, meiga, acomodada. (Duarte, 2014, p. 24–25)

Em suma, a educação para as mulheres era algo difícil de alcançar, já que a sociedade patriarcal as enxergava apenas como uma extensão do lar. Desse modo, não se via a necessidade de proporcionar a educação crítica a elas, tendo em vista que era considerado um desperdício de tempo. Um pensamento enraizado que produzia preceitos referentes à incapacidade feminina e a desvalorização de seus afazeres. Beatriz Pinheiro argumenta:

Mas, Deus meu! é am contrasenso que brada aos ceos!

A intelligencia da mulher mettida num carcere escuro, vergada sob ferros, a pão e agua como um escravo: a intelligencia do homem, como um athleta, na arena, em pleno exercicio, ao sol de Deus, ungida de todos os oleos, em plena vida: e quando, ao cabo de seculos e seculos do horror d'esta inqualificavel injustica, aquella se resolve a clamar para esta que tambem quer sol, que tambem quer ar, que tambem quer vida, esta, gloriosa e triumphante, grita-lhe, num sarcasmo que faz lembrar o da noite do Calvario: — Tu nada fizeste: tu não és capaz de fazer o que eu faço: senão, experimentar.... (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 209)



Assim sendo, a educação negada à mulher vinha a ser debatida como importante para a educar os filhos, para que as filhas tivessem amparo em caso de problemas no casamento e para exercerem os trabalhos a partir da educação. Por fim, não se excluía a educação dentro do lar, pensava-se esse como também uma forma de melhor instrução. A educação, contudo, deveria ser igualitária para homens e mulheres, pois não haveria motivos para distinção, o que rompe a ideia patriarcal da “incapacidade” feminina.

RELIGIÃO “NEM SÓ DE PÃO VIVE O HOMEM, COMO QUEREM ENTÃO QUE SÓ DE PÃO VIVA A MULHER?”

Ainda que Beatriz fosse precursora em seu tempo, no que tange a luta pela emancipação e pela igualdade de gênero, precisamos considerar que ela ainda é uma mulher do século XIX, de origem portuguesa, um país altamente religioso, aspecto que se faz perceptível na autora, que faz uma expressiva defesa da mulher enlaçada a sua fé na religião Católica. Deste modo, Beatriz Pinheiro traz elementos que corroboram o pensamento feminino no viés da crença em uma emancipação que seja bem-vista pela fé professada por ela. Assim, sua crença alimenta sua esperança, no entanto questiona fé que aprisiona.

Para fazer vingar uma ideia, não ha nada como a fé viva, capaz de transportar montanhas segundo as palavras do Christo em todo o tempo sobejamente confirmadas. A vontade efficaz, que vae para a frente resoluta — e outra coisa não é a fé mais que uma vontade assim — essa vontade, essa fé, subjuga a necessidade, impõe-se à natureza, opera milagres. Ora a mim me parecia de ha muito que a ideia da emancipação da mulher era das poucas que, para a sua propaganda e realisação, encontraram um grupo d'almas de boa vontade, robustecidas pela fé, capazes de as fazerem vingar, por maiores obstaculos que se lhes defrontassem. A mim me parecia isso, por muito que esta minha crença a tantos fizesse sorrir. Pois aqui tenho eu agora-. e d'ahi em parte estas paginas um argumento em abono da minha fé. (Ave Azul, 1900, p. 200)

Nessa perspectiva, tendo em vista que as religiões são socialmente construídas, a autora justifica a religiosidade da mulher entrelaçada à emancipação feminina, e ainda expõe as ideias conservadoras de reforço a subordinação das mulheres. De acordo com Maria José F. Rosado Nunes (2009, p. 214) sobre feminino e religião: “elas então não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras de reforço à subordinação das mulheres. Em algumas circunstâncias, funcionam como forças inovadoras, como um catalisador de mudanças sociais e políticas”. Assim, a redatora atuava como uma catalizadora que proporciona visibilidade da luta feminista, e evidencia a mulher como filha de Deus, dignas de liberdade, amor e compaixão. Beatriz Pinheiro acrescenta que:

mas á mulher como ao homem, porque ellas como elles são filhos de Deus e para ellas como para eles brilha o sol no ceo e a verdade na sciencia. E, se nem só de pão vive o homem, como querem então que só de pão viva a mulher? E, se a pouca sciencia afasta de Deus, pelo mesmo theor que a multi sciencia de Deus aproxima, como não receiam então que a mulher, com essa sombra de sciencia com que procuram illudir-lhe a sua sede de verdade, longe de se approximar de Deus, de Deus se afaste? e, se o principio da sabedoria é o temor de Deus e para se ter o temor de Deus é mister conhecê-lo e Deus é a summa verdade e a sciencia é o caminho da verdade — que nefando crime commetteu a mulher então, para se lhe negar a sciencia, para se lhe recusar a verdade, para se lhe esconder Deus? (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 208)

Nesse contexto, debate a ciência e religião, isto é, a autora coloca a mulher dentro da ciência e da fé. Não elegendo uma ou outra, mas entendendo que ambas estão em conexão. Outrossim, vimos que a mulher era representada na escuridão, na invisibilidade, no calvário, enquanto aos homens oferecia-se a luz, o sol, as abundâncias. Beatriz Pinheiro estabelece, na crença, a indignação conforme Nunes (2009, p. 214): “Na condição de fiéis, as mulheres podem se sujeitar ao poder disciplinar das religiões, mas, por sua ação, podem igualmente contribuir para sua mudança”. Em vista, nesse sentido se apresenta o espírito feminino que atualmente vemos em Beatriz Pinheiro, e



passados séculos, na artista brasileira Elza Soares⁶, que lança em 2018 seu álbum “Deus é Mulher” com a afirmação no feminino, consoante as palavras de Beatriz Pinheiro. Deste modo, a interpretação versa: “Deus é Mulher. Deus há de ser. Deus há de entender. Deus há de querer. Que tudo vá para melhor. Se for mulher. Deus-há-de-ser”. Desse modo, a crença atua como potente esperança ao entendimento do sofrimento a qual as mulheres passam, em caminho a um discurso feminista que desvenda a alma feminina. Beatriz Pinheiro, corrobora com voz de indignação pela causa das mulheres:

Santo Deus! emancipar a mulher da tutela do homem, sim; mas para conseguintemente a emancipar da miséria, da ignorância e da degradação. Emancipar a mulher da tutela do homem, sim; mas para fazer d'ella o que ella hoje não é:-um ser intelligente e activo, consciente e independente, sabendo pensar e sabendo querer, bastando a si mesma e a si mesma se completando, conscia dos seus direitos e mais conscia ainda dos seus deveres, zeladora da sua honra finalmente. (Ave Azul, 1900, p. 199)

Por fim, observamos, em comum entre ambas, mulheres de seu tempo, que, embora pensassem no presente e futuro, se conectam em tempos distantes. Assim, inferimos que Beatriz Pinheiro apresenta escritos do passado com uma contribuição para o futuro, pois aborda temas constantemente questionados, tais como religião, trabalho e educação, assuntos tão relevantes à sociedade, especialmente no contexto do feminino.

TRABALHO “E QUE É O PRECONCEITO, E NADA MAIS, QUEM HOSTILIZA O ACESSO DA MULHER AO TRABALHO”⁷

A autora possui uma presença contínua com textos sobre a situação das mulheres portuguesas e destaca-se por suas aspirações a temas como educação e trabalho em equivalência com os homens. Também, atuando como redatora fundou e dirigiu, juntamente com o marido, a revista literária *Ave Azul* (1899–1900), considerada pela pesquisadora Anabela Silveira⁸ a primeira revista feminista publicada em Portugal.

Mas, dos artigos publicados, aqueles que, a meu ver, fazem de Beatriz Pinheiro uma precursora da luta pela identidade de género e dos direitos das mulheres em Portugal, apresentam-se genericamente sob a designação de Chronica. Outros dois textos, com o insofismável título comum, A emancipação da mulher ilustra bem a pertença da autora ao primeiro feminismo português. Ora, a militância feminista de Beatriz Pinheiro provocou reacções violentas e virulentas com eco na imprensa da época. (Silveira, 2017, p. 80)

No que diz respeito aos temas em mais evidência, percebemos a sensibilidade de Beatriz Pinheiro para com as mulheres ao estender o olhar às trabalhadoras. Uma vez que expõe as mazelas das quais exercem trabalhos manuais e de grande esforço.

Não trabalha a mulher dos campos, desde sol nado até sol posto, arrostando com o sol, com a chuva, com os ventos, ao mesmo tempo que cria os filhos ao leite dos seus peitos? E na cidade, não vemos nós, todos os dias, tanta mulher vergada ao peso d'um trabalho pesadíssimo, superior até quasi sempre ás suas forças, tal que mesmo muitos homens seriam impotentes para aguentar-o? (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 198)

A redatora expõe as condições de trabalho a que muitas mulheres estão submetidas e como as reações são de indiferença a estas vidas. Contando que as mulheres pobres foram introduzidas ao mercado de trabalho, ainda que representem uma mão de obra desqualificada por estarem excluídas do sistema educacional. E embora suas leitoras fossem submetidas a uma estrutura patriarcal, seguindo normas e condutas sociais, elas eram encorajadas a mostrar

⁶ Elza Soares da Conceição (1930–2022) foi uma cantora e compositora brasileira.

⁷ *Ave Azul*, n.º 4, abril de 1900, p. 197.

⁸ Investigadora Portuguesa em História do Colonialismo e da Descolonização em História de Mulheres.



a força feminina, bem como a busca pela diminuição das desigualdades sociais estabelecidas entre os sexos. Conforme Beatriz Pinheiro: “provar-lhes que sabemos trabalhar e sobretudo que sabemos aprender a trabalhar [...]” (*Ave Azul*, n.º 6, junho de 1900, pág. 398).

Com tal assertiva, podemos aventar que Beatriz Pinheiro era representativa da causa da mulher, indiferente de classe e raça, pois sua voz acabava por atingir também uma minoria formada por mulheres pobres, negras que exerciam trabalhos e não tinham dotes para lhe assegurar um casamento e possibilidades de viver dignamente.

Neste sentido, não podemos ignorar a força do trabalho feminino apontada nos textos de Beatriz Pinheiro e, assim como o homem, a mulher também é submetida. Embora os homens não aceitem o feminino no trabalho que se assemelha às suas funções, submetam a mulher cotidianamente as funções submissas. Com isso, quão egoístas estão sendo aqueles que compactuam para prejudicar o acesso ao trabalho para o feminino. Em contrariedade a negação do avanço do trabalho feminino, a autora descreve nomes de mulheres que realizaram invenções e patentes, dessa maneira coloca a capacidade feminina científica.

Ora pois, se á mulher não falta capacidade, evidenciada tanto á saciedade sempre que lh'o consentem; e se temos de supportar a dura condição de trabalho para ella; porque relegal-a então, e apenas, para os misteres inferiores, menos em harmonia com as suas forças, com a sua tão, para o caso, apregoada dellicadesa natural? e porque, pois que tanto a consideram e tão alto a querem pôr, fechar-lhe acintosamente o caminho para o trabalho fácil e mais bem remunerado? (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 200)

Observamos as limitações da mulher como sujeita que possui menos oportunidades e, mais do que isso, direito de acesso à educação e ao trabalho. Ou seja, como cobrar das mulheres saberes e conhecimentos, se as instruções fornecidas são negadas? É preciso pensar no trabalho como uma forma de desenvolvimento. Através da profissão, é possível sair da margem. Tendo em vista que a mulher foi, desde sempre, alvo de distinção, muitas vezes subordinada pelo homem. Assim, é necessário buscar a diminuição das desigualdades sociais condicionais entre os sexos. Além disso, a indignação revela como pensar no feminino fora desse papel de subserviência é visto como inapropriado, pois retira dela os cuidados com os filhos, a casa e o marido. Segundo Beatriz Pinheiro, “Mas, uma vez emancipada a mulher pela instrução e pelo trabalho, dir-me-ão ainda, já ella se não sugeitará tão de bom grado á maternidade como hoje, por lhe pesarem mais os riscos a que se expõe, os encargos a que se sujeita...” (*Ave Azul*, n.º 4, abril de 1900, p. 201).

Em vista disso, nessa época, a mulher foi afastada de toda ação que a desviava do lar e dos cuidados domésticos. Assim, foram designadas para os postos subalternos, com instabilidade financeira e sem qualificações. A força de trabalho feminina foi sistematicamente afastada de posições de superioridade, pois a família era tida como vital na formação da sociedade. Isso se dava a partir da necessidade de pertencimento a um grupo familiar, através de um sistema predominantemente patriarcal que constituiu e estruturou a sociedade.

A instabilidade financeira da mulher tornou-se uma preocupação crescente para o futuro, uma vez que o casamento era visto como uma garantia de segurança financeira. Isso ocorre devido à negação do exercício do trabalho fora do espaço familiar às mulheres. Sobre o exercício do trabalho, Beatriz Pinheiro argumenta:

Eu sei que nem todas as profissões, por exemplo, são compativeis com a indole da mulher; eu sei. Mas por isso o que ha a fazer não é recusar-lhe o acesso ás que o são: o que ha a fazer é regularisar a divisão do trabalho; seleccion alargar, ao invéz do que se vae fazendo, o campo d'acção para a mulher, destinando-lhe muitas das profissões que veem de ha muito sendo exercidas por homens, e outras que, sendo em outros tempos partilha exclusiva das mulheres, começaram de ser por homens ultimamente invadidas. Competencia não podem recusar-lh'a: a maior parte das profissões e dos empregos não requer genio, nem



mesmo talento; demanda só habilidade e paciência que á mulher não faltam, isto querendo presuppor mesmo que a mulher fosse cerebralmente inferior ao homem, o que, longe de estar provado, os factos se vão diariamente encarregando de desmentir. (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 200)

A questão do julgamento da capacidade feminina reflete nas profissões a serem exercidas. Podemos encontrar a questão sendo reproduzida, atualmente, quando se diz que mulher na cozinha é cozinheira e homem na cozinha é chefe. Engendrado nesse pensamento, quando nomeamos alguém estamos significando, isto é, chefe e cozinheira apresentam acepções diferentes que apontam a noção de “lugar de mulher é na cozinha”. Já que a mulher cozinheira está relacionada às tarefas do dia a dia, e quando se considera o homem “chefe”, a ideia é de autoridade naquele espaço. Como bem disse Beatriz Pinheiro: “Ahi estão números; ahi estão factos: contra factos não há aumentos: contra números também não” (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 209).

Nesta perspectiva, percebemos que a inserção da mulher no exercício do trabalho incomoda, a autora indaga: “Mas então que inconveniente haverá em que a mulher trabalhe, em que a mulher ganhe honradamente o seu pão, em que ella se prepare para prover às suas necessidades, quando não encontre esposo, a servir de pae aos seus filhos, quando este lhes falte?”. A autora demonstra a preocupação das mães de famílias, as condições que o futuro reservava às mulheres e homens como filhos. Com isso, justifica que não se deveria pensar a emancipação feminina como algo negativo à sociedade, pois esta é uma questão de dignidade e garantia de amparo às filhas, às esposas e mães que vivem à mercê do homem.

Porque não havemos de educar as nossas filhas, como aos nossos filhos, sob o ponto de vista do trabalho? - Se a elles os preparamos para a vida, para a lucta pela existencia, collocando-os numa carreira, dando-lhes uma profissão, ensinando-lhes um officio: porque não procederemos da mesma forma com ellas, dando-lhes tambem um modo de vida que lhes assegure o pão, em vez de as prepararmos, unica e simplesmente e a maior parte das vezes tão mal! para o casamento que, alem de tudo o mais, tão precario é hoje, quando a mulher não tem dote? (Ave Azul, n.º 4, abril, 1900, p. 202)

Neste contexto, os filhos são preparados para uma profissão, recebem educação, pensando em seu futuro. E à mulher, o que cabe? A subalternização da mulher, apresentada como cotidiana, provoca indignação e dúvida retórica na escrita de Beatriz Pinheiro, uma vez que as motivações que levam a tal condição são levantadas como incoerentes. A cegueira preconceituosa destacada pela autora é assim tão distante? Consoante Francisco José Dantas (1999 p. 31–32):

A mulher portuguesa da segunda metade do século XIX — justamente aquela que se movimenta nos romances de Eça — permaneceu privada da igualdade civil e jurídica, da participação política e social, e do acesso ao sistema de produção. E para melhor compreensão desse contingente humano assujeitado, resta reavaliarmos a ideologia educativa que tanto concorreu para o estabelecimento e a manutenção do espaço a que ficou relegada a mulher.

Beatriz Pinheiro apresentava a certeza de que não havia igualdade entre homens e mulheres, além de a figura feminina ser constantemente estereotipada como inferior, pois, a mulher não possuía direitos legais, limitando-se somente ao espaço doméstico e familiar. Com isso, apontamos que o feminino era marginalizado na sociedade oitocentista, apresentando-se predominantemente sexista.

A crença não entra na nossa alma só porque penetrou na alma dos outros: os cegos não vêem o sol só porque se lhes grita que elle brilha em todo o seu esplendor no alto dos ceos. Ora o preconceito é uma cegueira tambem. O que é preciso, pois, é applicar o remedio a essa cegueira; ou, o que vale o mesmo, desfazer com rasões esse preconceito. E que é o preconceito, e nada mais, quem hostilisa o acesso da mulher ao trabalho em concorrência com o homem, não soffre duvida. Estamos habituados a ver a mulher,



tirante a do povo, educada apenas para a salla, para a côrte, para o galanteio, quando muito, para o casamento: e claro está que, quando digo para o casamento, quero simplesmente dizer, para arranjar marido, para se arrumar, para deixar de dar cuidados aos paes, para ter uma collocação, em summa, a unica collocação que lhe concedem: de modo nenhum, para a vida do lar, para os deveres d'esposa e menos ainda para a missão da maternidade e portanto para a gloriosa tarefa de educadora das futuras gerações. (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 197)

O trecho supracitado mostra que foi idealizado um padrão específico da mulher, o que foi considerado para determinadas ações que, atualmente, perduram. O ponto preocupante é que a questão da naturalização vem da sociedade oitocentista, que foi pensada através de princípios biológicos e religiosos para justificar a dominação e a opressão que o homem exercia sobre as mulheres. Contudo, encontramos esse discurso contextualizado contemporaneamente para justificar as desigualdades presentes na sociedade.

FUTURO (ESSE DIA VIRÁ: E EU CREIO QUE ESSE DIA VIRÁ PRÓXIMO...)⁹

O futuro é feminino. Começo este texto pelos porvires da esperança que Beatriz Pinheiro traz em seus textos. A espera pelos dias que virão, em que a mulher seja livre para estudar, trabalhar, ter condições no espaço familiar e apoio para viver seguramente. Para a autora:

La vérité a l'epiderme imperméable à la raillerie, escreveu Pelletan.

E assim é que, apesar de todos os protestos, de todas as oposições, de todos os obstaculos e de todos os apodos, um dia virá, e eu creio que esse dia virá proximo, em que a sociedade, e em que sobretudo os homens, vejam ao seu lado, com um largo e generoso sorriso de satisfação, a mulher como elles semeando e ceifando no campo do Progresso, como elles combatendo e vencendo na lucta pela vida, trabalhando e cantando ao lado d'elles, intelligente e livre e confiada como elles, sua igual, sua companheira, sua irmã, qual Deus a fez, qual Deus quiz que ella fosse ao creal-a do mesmo barro e ao insuflar-lhe a mesma alma.

Esse dia virá: e eu creio que esse dia virá proximo... (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 206–207)

Outrossim, a mensagem descrita transmite esperança as leitoras da revista, em especial o público feminino que têm conhecimento da luta por avanço e liberdade. De acordo com Debora Diniz (2022) “É preciso que ouçam nossa canção, que abramos nossas portas umas às outras, que permitamos que nossas histórias escondidas sejam vistas, contadas e ouvidas, que nossos argumentos sejam considerados, e não silenciados em nome de princípios abstratos considerados maiores do que nossa dor, maiores que nossa história” (Diniz, 2022, p. 24).

É necessário romper com a naturalização da incapacidade feminina. É preciso crer em nós mesmas e umas nas outras. No século passado muitas mulheres como a Beatriz Pinheiro fizeram nossa defesa para que hoje pudéssemos trabalhar, votar, estudar e escolher casar-se ou não. Através delas, estivemos na guerra, na ciência, na matemática, nas histórias e nas letras. Contudo, nosso passado, nossas raízes e a história dessas mulheres foram veladas por um pensamento machista que tenta diminuir o feminino em tentativas de naturalização de uma natureza inferior inexistente, que há muito já foi provada por nossas antepassadas. Conforme Diniz:

Nossa guerra tem História. Já temos escrito vários capítulos sobre ela há muito tempo, especialmente no século passado. Desde as sufragistas, estamos ouvindo que não fomos feitas para votar, não servimos para a política, não somos competentes para tomar decisões maiores nem aptas por natureza para representar Deus. Ouvimos e acreditamos. Ouvimos e nos calamos. É a isso que se chama naturalização das invenções sobre nós. A naturalização é a consideração de que uma força superior a nós, a força da natureza ou de uma

⁹ Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 206–207



divindade, nos fez assim e nada podemos mudar. Naturalizar é tornar normal o que é simplesmente um dado de cultura ou uma decisão conveniente emanada do poder estabelecido. Hoje descobrimos que é possível sair dessa invenção da sociedade, é possível mudar as visões e as regras do jogo cultural e sociopolítico. Hoje estamos ouvindo, vendo e sendo de outra maneira. Por isso há um trabalho árduo, contínuo e prazeroso que está sendo feito por nós. (Diniz, 2022, P. 26)

Em suma, ressalta o esforço persistente das mulheres na desconstrução dessas ideias preconcebidas, indicando um caminho de transformação e empoderamento. De certo, o trabalho e a esperança trazidas de nossas antepassadas são a força de nosso contínuo caminhar que se faz nas práticas cotidianas, seja na escrita, na política e nos demais espaços. Para Diniz (2022, p. 26) “Somos herdeiras de mulheres fortes de muitas cores e culturas, que não se dobraram, que acolheram o valor de sua vida e de suas companheiras como presentes da vida, uma vida a ser respeitada e fruída no aqui e no agora de nosso tempo”. A autora destaca a resistência das mulheres frente aos desafios e dificuldades, ressaltando também a importância do reconhecimento mútuo e do apoio entre elas. Ademais, enfatiza que a vida das mulheres é marcada por essa herança e merece ser vivida plenamente no contexto atual. Com isso, mostra a resiliência, a solidariedade e a importância de considerar e celebrar a diversidade das mulheres como elementos fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para ela:

Não queremos mais ser rebaixadas e instrumentalizadas. Não queremos mais ser julgadas, violadas, desprezadas porque declararam nossa inferioridade ontológica. Não queremos ser objeto do amor de piedade e condescendência fundado na afirmação de nossa limitação ou de nossa beleza e fragilidade. Hoje, buscamos também gerenciar o mundo com justiça e inteligência renovadas. Não queremos mais silenciar as nossas dores e a nossa criatividade, mas calar o sadismo patriarcal que nos acomete com tanta frequência. (Diniz, 2022, p. 28)

Que sejamos o futuro que Beatriz esperançou, que nossos caminhos continuem de luta e reivindicação. Que através da arte, da escrita, da política, do trabalho, da garantia de nossos direitos possamos vivenciar um presente de igualdade. Que homens e mulheres estejam juntos como parceiros e que vivenciam suas aspirações.

E fecho assim estas paginas, a que, se outro valor não teem, este lhes não falta ao menos: o de serem muito sinceras e muito sentidas; Não sentidas e tão sinceras que, escriptora e mãe, a mulher, que sou, nellas não fez mais do que dar largas como escriptora as suas mais caras aspirações como mãe. Se Deus me dê uma filha, como já me deu um filho, educa-la-ei assim; educa-os-ei assim: e creio que elles me justificarão. (Ave Azul, n.º 4, abril de 1900, p. 222)

CONCLUSÃO

Concluimos através da análise que a escrita de Beatriz Pinheiro se mantém tão atual quanto de escritoras feministas que discursam sobre a condição da mulher e a luta por direitos na contemporaneidade. Um ponto de destaque é a demonstração de como as opressões patriarcais ainda ecoam em nosso contexto, mesmo em pleno século XXI. Assim, na atualidade, temas como a emancipação feminina, e outras questões tratadas pela autora podem parecer superadas. No entanto, é crucial observar que, mesmo diante de tantas mudanças, persistem problemas importantes que continuam subalternizando o feminino.

Neste íterim, a autora destaca-se por tecer informações e reivindicações fundamentais, tais como o direito à educação e ao trabalho, mostrando que uma história feminina esconde desafios e problemas a serem superados. Ademais, ao publicar sobre os direitos da mulher, ela evidencia questões pertinentes à época, ressaltando a importância da emancipação feminina, especialmente quando as desigualdades entre homens e mulheres são normalizadas.



Por fim, isso nos revela que os leitores da revista, ao terem acesso aos fascículos sobre trabalho, educação e participação feminina, se inseriram em um diálogo de desconstrução de uma visão patriarcal sobre a mulher. Com isso, inferimos como essa abordagem contribui para a ampliação da divulgação e, conseqüentemente, para possíveis mudanças. Diante desse contexto, observamos na imprensa uma oportunidade de conhecer as mulheres nos registros dos acontecimentos, por meio de textos que falam por si mesmos e que garantem que as grandes redatoras, poetisas e editoras não sejam esquecidas.

Depreendemos que estudar o papel da mulher oitocentista e analisar o discurso da autora é também refletir sobre o papel social da mulher do século XXI e os retrocessos na pauta de igualdade de gênero, que se estendem até atualmente. Destarte, é preciso seguir como Beatriz Pinheiro e tantas outras escritoras, perseverantes pela emancipação da mulher e para que alcancemos maior equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- Dantas, F. J. C. (1999). *A mulher no romance de Eça de Queirós*. Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira.
- Diniz, D. (2022). *Esperança feminista* (1.ª ed). Rosa dos Tempos.
- Duarte, C. L. (2014). Imprensa de Mulheres no Brasil e suas Interlocuções com o periodismo português. In: Arreias, L., Pinheiro, L. da C. (Eds.), *As mulheres e a imprensa periódica*. CLEPUL.
- Duarte, C. L., & Pereira, M. do R. A. (2019). Escritoras mineiras presente! Anotações críticas. In: Brandão, J. L. (Ed.), *Literatura mineira: trezentos anos*. BDMG Cultural.
- Esteves, J. (1999). O movimento feminista em Portugal. As pesquisas em periódicos (1899–1928). In *Revista Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*. Calibre Artes Gráficas.
- Friedan, B. (2021). *A mística feminina*. Rosa dos Tempos.
- Lemos, C. de. (1899). *Emancipação feminina*, Ave Azul, Viseu, série 1, fascículo n.º 10, 470–495, outubro.
- Lispector, C. (1998). *Perto do Coração Selvagem*. Rocco.
- Lopes, A. C. (2005). A situação das mulheres de oitocentos. *Povos e Culturas*, 10, 169–176.
- Nunes, M. J. F. R. (2019). Religiões. In: Hirata, H., et al. (Eds.), *Dicionário crítico do Feminismo*. Editora UNESP.
- Perrot, M. (1998). *Mulheres públicas*. Fundação Editora UNESP.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. EDUSC.
- Pinheiro, B. (1899). *Chronica*, Ave Azul, série 2, fascículo 1/2, 1–11, fevereiro.
- Pinheiro, B. (1900). *Através do tempo*, Ave Azul, série 2, fascículo n.º 5, 271–276, maio.
- Pinheiro, B. (1900a). *Emancipação feminina*, Ave Azul, série 2, fascículo n.º 4, 207–226, abril.
- Pinheiro, B. (1900b). *Emancipação feminina*, Ave Azul, série 2, fascículo n.º 6, 390–400, abril.
- Silveira, A. F. (2017). O protagonismo de Beatriz Pinheiro na revista viseense ave azul (1899–1900). *Historiæ*, 8(2), 77–95.
- Verona, M. E. (2013). *Da feminilidade oitocentista*. Editora Unesp.



DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.